

## SUMÁRIO

---

LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	15	
NOTA AO LEITOR .....	17	
PREFÁCIO.....	19	
<b>CAPÍTULO 1</b>		
<b>INTRODUÇÃO – CONTEXTUALIZAÇÃO DE UM REGIME LICITATÓRIO ESPECÍFICO PARA DETERMINADOS EVENTOS ESPORTIVOS .....</b>		<b>21</b>
1.1 Motivação sociopolítica. Papel do futebol no imaginário popular .....	21	
1.2 A Lei Nacional de Licitações .....	23	
1.3 A flexibilização do procedimento licitatório e seus aspectos básicos.....	27	
1.4 Determinações constitucionais informadoras da Lei nº 12.462/11. A lei geral e a lei especial.....	31	
1.5 Indagações, perspectivas e proposta de trabalho.....	36	
<b>CAPÍTULO 2</b>		
<b>COMENTÁRIOS SOBRE OS ARTIGOS 1º A 47 DA LEI Nº 12.462, DE 5 DE AGOSTO DE 2011.....</b>		<b>41</b>
<b>Art. 1º .....</b>	<b>41</b>	
Instituição e objetos de aplicação do regime diferenciado .....	42	
Eventos esportivos aos quais se destinam as licitações pelo RDC.....	43	
I Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 .....	43	
II Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação – FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014.....	49	
II.a Matriz de Responsabilidades e planejamento da execução.....	52	
II.b Determinações do Tribunal de Contas da União.....	54	
III Obras de infraestrutura e serviços destinados a aeroportos.....	59	
III.a Normatização correlata sobre aeroportos .....	62	
III.b O modelo de concessão para aeroportos .....	64	
III.c Ilustrações iniciais da aplicação do RDC para obras e serviços em aeroportos .....	69	

Objetivos do RDC.....	70
Opção expressa pelo RDC. Conteúdos da LNL aplicáveis .....	75
<b>Art. 2º</b> .....	77
Definições básicas para efeito de aplicação do RDC.....	78
<b>Art. 3º</b> .....	80
Princípios da licitação sob o RDC.....	80
Princípio subjacente: a motivação dos atos administrativos .....	82
Princípio subjacente: a celeridade e seu potencial de solução.....	84
O princípio da legalidade finalística .....	85
<b>Art. 4º</b> .....	87
Diretrizes das licitações e contratos sob o RDC.....	88
<b>Art. 5º</b> .....	92
Definição do objeto a ser licitado.....	92
<b>Art. 6º</b> .....	95
Sigilo do orçamento estimado.....	95
Indagação sobre possível conflito entre princípios. Economicidade versus publicidade. O fundamento constitucional da publicidade .....	98
Texto legislativo interveniente: a Lei nº 12.527/11 e o conceito de informação reservada .....	102
Dialeticamente: o reconhecimento legal e normativo do risco de conluio entre licitantes.....	105
A síntese possível .....	110
<b>Art. 7º</b> .....	114
A indicação de marca ou modelo.....	114
Cautelas referentes às marcas relacionadas às Copas .....	117
Exigência de amostra.....	119
Exigência de certificação .....	121
Exigência de carta de solidariedade do fabricante.....	123
<b>Art. 8º</b> .....	127
Regimes de execução de obras e serviços de engenharia.....	128
Referências para obtenção do custo global de obras e serviços de engenharia.....	130
Hipótese: licitação iniciada sem projeto básico .....	132
<b>Art. 9º</b> .....	136
O regime da contratação integrada .....	137
a) O que é contratação integrada e sua distinção do contrato <i>turn key</i> .....	137
b) O anteprojeto de engenharia e seus componentes .....	138
O valor estimado da contratação integrada .....	143
Ilustração: prazos políticos e sua repercussão prática nos custos das obras.....	145
Vedação de aditivos. Considerações doutrinárias sobre a alterabilidade do contrato administrativo .....	146
Breve síntese conclusiva sobre a concepção de contratação integrada .....	151

<b>Art. 10</b> .....	154
A remuneração variável .....	154
Ilustrações sobre avaliação de desempenho contratual: setores portuário e aeroportuário.....	159
<b>Art. 11</b> .....	160
Contratação de mais de uma empresa para o mesmo serviço .....	161
<b>Art. 12</b> .....	165
Fases do procedimento licitatório.....	166
A omissão da audiência pública .....	168
A habilitação pós-julgamento.....	172
<b>Art. 13</b> .....	175
Formato eletrônico preferencial .....	176
Advertências relativas ao rito eletrônico .....	177
<b>Art. 14</b> .....	179
Habilitação dos concorrentes. Dispositivos da LNL aplicáveis .....	179
Declaração prévia de conformidade aos requisitos de habilitação.....	180
Postergação da prova de regularidade fiscal .....	181
A previsão do consórcio.....	182
O consórcio e o risco de concentração econômica. Mudança legislativa.....	185
Ainda sobre sustentabilidade ambiental nas licitações .....	188
Ilustração: estudos institucionais em andamento sobre pegada de carbono .....	190
<b>Art. 15</b> .....	192
Publicidade das licitações sob o RDC. Ainda a questão do sigilo .....	193
Prazos para apresentação das propostas.....	194
Veículos e condições de divulgação .....	195
<b>Art. 16</b> .....	198
<b>Art. 17</b> .....	198
Substituição das modalidades de licitação por “modos de disputa” e seu papel instrumental na implementação dos princípios do RDC .....	198
Modos de disputa aberto e fechado .....	200
Peculiaridades da disputa aberta no RDC.....	201
Planilhas de quantitativos e custos unitários. Considerações sobre preço e custo.....	205
Formação do preço e BDI.....	207
<b>Art. 18</b> .....	210
Critérios de julgamento.....	210
<b>Art. 19</b> .....	211
Critérios: menor preço ou maior desconto.....	211
Cautela: exequibilidade do preço .....	213
<b>Art. 20</b> .....	215
Critério: melhor combinação de técnica e preço.....	216
<b>Art. 21</b> .....	217

Critérios: melhor técnica ou melhor conteúdo artístico .....	217
<b>Art. 22</b> .....	220
Critério: maior oferta de preço.....	220
<b>Art. 23</b> .....	221
Critério: maior retorno econômico em contratos de eficiência.....	222
Sanções pela ausência de retorno .....	224
Controvérsias acerca do modelo do contrato de eficiência.....	225
<b>Art. 24</b> .....	226
Hipóteses de desclassificação de propostas .....	227
a) Vícios ou desconformidades insanáveis da proposta. A figura jurídica do saneamento de falhas .....	227
b) Preços inexequíveis ou que ultrapassem o orçamento estimado .....	228
<b>Art. 25</b> .....	234
Critérios de desempate.....	235
<b>Art. 26</b> .....	238
Negociação após o julgamento.....	238
<b>Art. 27</b> .....	242
Fase recursal única .....	242
<b>Art. 28</b> .....	242
Hipótese de saneamento de irregularidades .....	242
Desfazimento por anulação. Condições e precauções relativas ao formalismo no procedimento .....	243
Desfazimento por revogação.....	246
Adjudicação e homologação.....	248
Direitos do adjudicatário perante o desfazimento da licitação.....	250
a) Direito ao contraditório e à ampla defesa .....	250
b) Direito à indenização.....	251
c) Direito ao resultado eficaz do certame .....	252
<b>Art. 29</b> .....	255
Procedimentos auxiliares das licitações.....	256
<b>Art. 30</b> .....	256
A pré-qualificação permanente .....	257
<b>Art. 31</b> .....	259
Registros cadastrais .....	259
<b>Art. 32</b> .....	262
O sistema de registro de preços específico do RDC.....	263
<b>Art. 33</b> .....	270
O catálogo eletrônico de padronização.....	270
<b>Art. 34</b> .....	271
A comissão de licitação.....	272
<b>Art. 35</b> .....	273
Dispensa e inexigibilidade de licitação .....	274

<b>Art. 36</b> .....	274
Impedimentos à participação em licitações .....	275
Impedimentos em leis específicas.....	276
<b>Art. 37</b> .....	279
Impedimentos à contratação direta .....	279
<b>Art. 38</b> .....	280
Preferências nos processos de contratação .....	280
Ilustração: setor de confecções, calçados e artefatos .....	282
<b>Art. 39</b> .....	283
Regência dos contratos pela LNL. Regras específicas .....	283
<b>Art. 40</b> .....	284
Hipótese de desistência do convocado .....	284
<b>Art. 41</b> .....	286
Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento .....	286
<b>Art. 42</b> .....	287
Obras do plano plurianual.....	287
<b>Art. 43</b> .....	288
Vigência dos contratos de serviços contínuos .....	288
<b>Art. 44</b> .....	292
Anulação e revogação de licitações .....	292
Ainda a ampla defesa: ênfase jurisprudencial .....	294
<b>Art. 45</b> .....	296
Direito de petição por parte do licitante – Dever de decidir por parte da Administração .....	297
Pedidos de esclarecimento, impugnações, recursos .....	301
<b>Art. 46</b> .....	304
Controle pelo Tribunal de Contas das despesas decorrentes das contratações.....	304
Representação ao Tribunal de Contas.....	305
Competência do Tribunal de Contas para expedição de medidas cautelares .....	307
<b>Art. 47</b> .....	309
Sanções administrativas .....	310
A questão do alcance institucional das sanções de impedimento e suspensão.....	311

### CAPÍTULO 3

#### COMENTÁRIOS SOBRE OS ARTIGOS 64 A 68 DA LEI

Nº 12.462, DE 5 DE AGOSTO DE 2011 .....	317
<b>Art. 64</b> .....	317
Regulamentação pelo Executivo federal.....	317
<b>Art. 65</b> .....	319
Arco temporal excepcional de aplicação do RDC .....	320

<b>Art. 66</b> .....	320
Alongamento de prazo direcionado a Municípios .....	320
<b>Art. 67</b> .....	322
Verificação de adimplência .....	323
<b>Art. 68</b> .....	323
Alteração da medida provisória .....	323
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	325
Lista das siglas dos periódicos citados .....	325

## ANEXOS

ANEXO A – LEI Nº 12.462, DE 5 DE AGOSTO DE 2011.....	333
ANEXO B – DECRETO Nº 7.581, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011 .....	353
<b>ÍNDICE DE ASSUNTO</b> .....	375
<b>ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO</b> .....	381

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

---

FIGURA 1 – Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 .....	59
QUADRO 1 – Dispositivos da LNL expressamente aplicáveis ao RDC ....	75
QUADRO 2 – Dispositivos da Lei do RDC que contêm expressa exigência de motivação .....	83
QUADRO 3 – Elementos da fase preparatória .....	167
QUADRO 4 – Prazos para apresentação das propostas, a partir da publicação do ato convocatório .....	194
QUADRO 5 – Tipos de petição cabíveis à Administração e prazos .....	302
QUADRO 6 – Fluxo do recurso – Prazos e decisões .....	303
QUADRO 7 – Dispositivos da Lei do RDC dependentes de regulamento .....	317